

www.uc.pt/  
 imprensa\_uc  
 CONTACTO  
 imprensa@uc.pt  
 VENDAS ONLINE  
 http://livraria-  
 daimpresa.uc.pt  
 JANEIRO 2015

# 20 ANOS

## DE JORNALISMO CONTRA A INDIFERENÇA

Organização Ana Teresa Peixinho, Carlos Camponez, Isabel Vargues, João Figueira

TEXTOS DE

Marc Lits, Adriano Duarte Rodrigues, Tito Cardoso e Cunha, José Augusto Mourão, Alberto Pena Rodríguez, Maria Augusta Babo, Daniel Cronu, João Pissarra Esteves, Gilles Gauthier, Heloísa Paulo e Luís Reis Torgal, Alfredo Barroso, António Fidalgo, Noël Nel, João de Almeida Santos, Juan Luis Cebrián, António Dias Figueiredo, Marina Themudo, Jorge Sampaio, Nelson Traquina, Mário Soares

O livro que agora se apresenta, nasce de dois desígnios fundamentais: por um lado, celebrar duas décadas de ensino do Jornalismo na Universidade de Coimbra e, por outro, partilhar com um público mais alargado um conjunto de reflexões sobre os *media*, o jornalismo, a comunicação e o espaço público.

Se o ensino superior do Jornalismo em Portugal, relativamente tardio em relação ao resto da Europa, deu os seus primeiros passos no fim dos anos 70 do século passado, ele aparece apenas duas décadas depois na academia coimbrã. Contudo, esta foi, no contexto nacional, a primeira licenciatura em Jornalismo, distinguindo-se, quer em título, quer em objetivos, das licenciaturas então existentes no país. A criação de uma Licenciatura em Jornalismo na Universidade de Coimbra, em 1993-1994, foi, por si, um acontecimento. Com efeito foi necessário que reitor, professores e jornalistas ousassem atualizar a oferta curricular da Faculdade de Letras, oferecendo um curso

há muito desejado pela sociedade e pelo mercado, embora desconsiderado por alguns setores da academia. Correndo o risco de omitir alguém, a quem antecipadamente pedimos desculpa, não podemos deixar de recordar os esforços dos jornalistas João Mesquita, João Fonseca, em representação

---

*Todas as gerações, sem dúvida, se julgam para refazer o mundo. A minha sabe, no entanto, que não poderá refazê-lo. A sua tarefa é impedir que se desfaça, unicamente das suas negações*

A. Camus, *Discursos da Suécia* (1957)

---

do Sindicato dos Jornalistas, e de Jorge Castilho, a quem mais tarde se viria associar o nome de Mário Martins, bem como o do então Reitor da Universidade de Coimbra Rui Alarcão, e dos professores João Roque e Luís Reis Torgal. Entre 1993 e 1996, a Licenciatura em Jornalismo funcionou com um Secretariado, que teve um papel executivo e científico nos primeiros tempos do curso na FLUC. Presidido pelo Presidente do Conselho Científico Ludwig Scheidl, este

## Jornalismo e Cidadania\*

Mário Soares

Presidente da República entre 1986 e 1996

Fui convidado pelo meu amigo Mário Mesquita para participar neste colóquio subordinado a um tema aliciante: «Jornalismo e Cidadania». Direi apenas algumas palavras introdutórias, a que se seguirá o diálogo convosco.

Tenho acompanhado a criação da vossa Licenciatura em Jornalismo, que constitui uma experiência pioneira da Universidade de Coimbra, à semelhança de outros domínios onde também tem inovado. Noto que se trata de uma experiência muito aberta ao exterior, o que é muito bom e, por outro lado, que está a ser feita de uma maneira um pouco informal, visto que têm convidado as mais diversas personalidades para dialogar convosco, para vos falarem, vos ouvirem e para responderem às vossas questões.

Agradeço muito por me terem convidado, embora eu não tenha uma especial competência em relação a esta temática. É certo que no que diz respeito às questões referentes à cidadania tenho algumas ideias. Relativamente ao jornalismo, a única coisa que vos posso dizer é que, quando tinha a vossa idade, gostaria de ter sido jornalista. Mas, nessa época, existia, em Portugal, a ditadura. E todas as ditaduras são adversas ao jornalismo, porque a liberdade para os jornalistas é como o ar que se respira. As pessoas não podem viver sem ar. E os jornalistas, sem liberdade, também dificilmente vivem.

Na época da monarquia, houve jornalistas eminentes, assim como na I República. João Chagas, um grande jornalista, chegou a ser primeiro-ministro, depois de ter sido embaixador em Paris. Homem Cristo, recentemente falado a propósito de um episódio da última campanha eleitoral, foi também um jornalista importante e truculento. Mayer Garção, republicano, diretor do *Mundo*, é outro exemplo que posso referir.

Durante a ditadura os jornalistas ficaram, de certa maneira, sufocados, visto que a primeira medida da ditadura consistiu em criar a comissão de censura. Sem censura a ditadura não podia sobreviver. Os malefícios da ditadura e a maneira de proceder daqueles que nos dominavam eram tais que, se houvesse liberdade para os denunciar, obviamente as pessoas reagiriam. Quan-

---

\* Conferência proferida na Faculdade de Letras, enquanto Presidente da República.

do estava no exílio, perguntaram-me um dia o que considerava mais importante para a manutenção da ditadura, se era o terror da polícia política, o poder económico ou o partido único. Respondi que a ditadura se mantinha porque existia uma censura impiedosa, porque se a censura não existisse, mesmo com todas as polícias políticas, a ditadura seria derrubada.

Com a nossa II República, instituída graças ao 25 de Abril, o jornalismo floresceu, de uma forma notável: apareceram novos títulos, os velhos jornais remodelaram-se, as televisões tiveram um novo impulso, apareceram estações de rádio extremamente agressivas e importantes, na perspetiva da informação e da opinião. Não é de estranhar que, neste contexto, depois de várias tentativas, algumas delas mal sucedidas, se chegasse finalmente à constituição de uma Licenciatura em Jornalismo.

Segundo me disse o Senhor Reitor, o vosso curso é constituído por dois anos, com disciplinas de cultura geral, relativas à formação intelectual e cultural dos futuros licenciados e que no terceiro e quarto anos haverá um ensino mais especializado em jornalismo. Isso parece-me bem porque os jornalistas têm atualmente um grande poder. São orientadores da opinião pública, que tem um grande peso em sociedades abertas e democráticas, porque determina as grandes linhas de orientação da política. Daí que seja extremamente importante a ligação dos jornalistas com os políticos. Às vezes, essa relação entre jornalismo e política é boa, fecunda e complementar, mas, noutras casos, é suspeita porque os jornalistas são frequentemente manipulados ou, pelo contrário, porque os jornalistas pretendem manipular. Há suspeição nos dois sentidos e por isso as relações são frequentemente conflituosas.

Nem sempre os conflitos são maus, porque a democracia é o regime que gere e dirime, através do voto e de processos democráticos, as suas próprias tensões. Os conflitos são normais porque as sociedades são pluralistas. As pessoas não pensam todas pela mesma cabeça. Têm opiniões e interesses divergentes. Existem, por vezes, interesses antagónicos entre determinados sectores sociais, a sociedade portuguesa no seu conjunto e todas as outras sociedades europeias. É preciso dirimir esses conflitos. E só há duas hipóteses: ou se dirimem pela força, e então cai-se na ditadura e na violência; ou se dirimem através do voto, ou de outras formas características de uma democracia pluralista.

Vocês têm a sorte de ter convosco um jornalista experimentado que é o Mário Mesquita. Sou amigo dele desde o tempo em que éramos os dois mais jovens - isto é, eu era mais jovem do que sou hoje e ele era completamente jovem. Tivemos relações corretas, da minha parte de admiração em relação

a ele como jornalista, mas nem sempre foram relações fáceis – e é isso que dá um conteúdo de seriedade ao nosso relacionamento.

O Mário Mesquita foi diretor de um grande órgão de informação, com uma idade muito jovem, e foi - tenho muito gosto em reconhecê-lo - um brilhante diretor. Marcou a orientação do jornal, o *Diário de Notícias*, na altura o maior jornal português, e eu posso-vos garantir que enquanto ele foi diretor não foi nada doce em relação a mim, absolutamente nada. Tenho mesmo tendência a dizer que ele foi um bocadinho amargo, com uns pinguinhos de limão um pouco excessivos. Gostaria mais que fossem de laranja, mas foram de limão. Mas essa tensão tornou sólida a nossa amizade, porque é uma amizade feita no respeito mútuo e na total independência, como deve ser entre homens políticos e jornalistas. Quando deixa de ser assim, as coisas não caminham bem entre os homens políticos e os jornalistas.

A cidadania é algo que se constrói. Nos regimes autoritários ou totalitários não há cidadãos. Há súbditos. Há pessoas que sofrem um poder. Durante 40 anos, em Portugal – e há aqui alguns professores que têm uma idade próxima da minha, como é o caso do Professor Galopim de Carvalho – queríamos ser cidadãos porque éramos insubmissos. E essa insubmissão, quando nos atrevíamos a passar a marca, levava-nos à cadeia, ao ostracismo, às perseguições, ao exílio, às deportações. Não era fácil de resistir.

Numa sociedade aberta, pelo contrário, existem cidadãos. E o cidadão é alguém que está consciente de que tem direitos, pura e simplesmente por ser cidadão, por ter nascido numa sociedade livre. E que impõe esses seus direitos. Entre esses direitos avulta o de poder exprimir livremente as suas opiniões, de dizer e escrever o que pensa da política, dos políticos, dos governos e das oposições. Mas não é só isso. Um cidadão tem também o direito a ser informado de forma isenta. E tem direito a uma informação que lhe seja prestada com independência e isenção.

Esse é um dos pontos importantes e que nos leva a perguntar se há efetivamente um jornalismo completamente isento. Por isso mesmo é preciso que os jornalistas tenham um curso, uma preparação teórica e cultural sólida, de modo a conhecerem bem os seus direitos e os seus deveres, de modo a que se esforcem, para além das suas próprias convicções, a serem isentos no exercício das suas funções. Esse é um dos pontos de honra da deontologia dos jornalistas: o dever de serem isentos.

A isenção é difícil de conseguir. As sociedades estão numa fase de mudança acelerada. Assistimos a transformações no nosso mundo, não só em Portugal, mas no mundo inteiro. São transformações assombrosas, de

caráter científico, tecnológico, político, social e económico. O mundo está a globalizar-se. Globalizaram-se os conhecimentos, porque se generalizaram a todo o mundo. Aquilo que se ensina, hoje, em teologia, em matemática ou em economia na Universidade de Coimbra não é diferente daquilo que se ensina nas mesmas matérias numa universidade dos Estados Unidos, de França ou da Inglaterra. Há uma globalização e uma atualização quase imediata do conhecimento. Globalizou-se a informação que se tornou instantânea, tudo o que se passa no mundo sabe-se no minuto próprio em que o acontecimento existe.

A informação é instantânea. Mas isso acontece em tudo. E como a informação é instantânea, torna-se incontrolável porque as pessoas que a recebem reagem imediatamente. A partir desse momento, o processo é incontrolável, porque a informação gera informação, reações e contrarreações em cadeia. É necessário por isso que seja transmitida com extremo rigor.

Muitas vezes os políticos e outros cidadãos são confrontados abruptamente pelos jornalistas com questões que desconhecem, relacionadas com notícias acabadas de chegar ao conhecimento do jornalista. Frequentemente sucede que o político ou o cidadão responde. Nem sempre o fará da melhor maneira. Mas aquela resposta é imediatamente comentada, de uma forma descontextualizada, porque é resumida a uma só frase, quando estava inserida numa explicação mais ampla. Depois, passa a ser objeto de artigos elaborados pelos comentaristas. A partir daí aquela frase transforma-se quase numa verdade objetiva. Para o incauto cidadão que a proferiu é muito difícil retificá-la.

Simplemente esse pequeno acontecimento acaba por não ter grande importância, porque no mundo da intercomunicação e da sociedade aberta, tudo isso acaba por ser digerido. Aquilo que parece muito dramático e terrível em certa altura, no dia seguinte banaliza-se. Há uma espécie de autorregulação de todas estas questões, que são digeridas com maior facilidade do que à primeira vista parece pela opinião pública em geral.

Além da globalização dos conhecimentos e da informação, há a globalização das economias, que faz com que todos os países estejam dependentes entre si. Nos anos da ditadura, Portugal estava isolado das grandes correntes de opinião e da opinião mundial. Hoje estamos inseridos em todas as grandes organizações internacionais da nossa área. Temos de ter em conta, não somente aquilo que se passa em Portugal, mas também aquilo que se passa nos outros países. Entre as grandes transformações conta-se a generalização das televisões e das rádios, dos computadores, das autoestradas de comunicação,

da Internet e de todas essas novas tecnologias. Graças a todo esse conjunto de instrumentos, vivemos numa sociedade mediática.

Como é que as democracias em geral podem coabitar e coexistir com as sociedades mediáticas? Em que medida a mediatização das sociedades e da democracia põe em causa certos valores que nós tínhamos como absolutos e instituições que consideramos essenciais, como sejam a democracia representativa, os parlamentos, os partidos políticos, os sindicatos? Somos levados a questionar se a democracia mediática pode constituir um curto circuito à própria atividade representativa democrática, ou seja, à atividade dos partidos, dos sindicatos e dos parlamentos.

A mediatização introduz um elemento de velocidade na vida política. Ainda o deputado não proferiu o seu discurso na Assembleia, e muitas vezes sucede – porque o escreveu previamente ou teve a franqueza de falar sobre ele com um jornalista – que as linhas gerais da intervenção já são conhecidas por toda a gente e já suscitaram comentários e reações, antes de o deputado usar da palavra no local próprio.

Antigamente, era possível decidir no segredo dos gabinetes dos partidos e dos próprios governos. Atualmente, sucede, com frequência, que as decisões já foram previamente anunciadas, ou sugeridas como possibilidade. Antes do momento da tomada de decisão, já houve reações e contrarreações que colocam os decisores perante situações totalmente novas. Isto faz com que os conceitos da própria democracia representativa e da atividade partidária dos partidos e dos sindicatos, essenciais a uma vida democrática aberta, tenham de ser repensados.

Não se pense, contudo, que o problema se reduz às relações tensas e conflituosas entre os jornalistas e o poder político. Porque há também outro aspecto extremamente importante. Refiro-me ao poder económico, que também possui os seus centros de decisão e que também é condicionado pelo mesmo tipo de mediatização. Ao mesmo tempo, verifica-se algo que pode representar uma certa perversão democrática. Os jornais, as televisões, as rádios, as agências noticiosas, as «autoestradas da informação» constituem emanações de um poder económico. Nesse sentido, não são neutras nem isentas. Prosseguem objetivos, precisam de ter lucros.

Vocês ouvem falar todos os dias no grande problema da concorrência entre televisões e dos efeitos das leis do mercado aplicadas à informação e à comunicação social. Em certa perspetiva, para se conquistar audiências seria preciso abastardar o produto, o que representa um grande perigo. Temos visto que as televisões – não falo só em Portugal – servem quotidianamente

doses maciças de violência e pornografia aos consumidores da informação. Isso levou Karl Popper – um grande teórico da democracia, que teve a honra de conhecer – a sustentar no seu último escrito que, perante o fenómeno da violência veiculada através das televisões, se colocava o problema de saber se não seria preferível voltar à censura nessa matéria.

Numa conversa que tive com Popper, em Londres, reagi fortemente contra essa ideia. Disse-lhe: «tudo menos a censura!». Conheci os malefícios da censura na própria pele e lutei toda a minha vida contra ela. Haverá certamente outras maneiras de chegar ao mesmo objetivo que consiste em impedir essa cultura da violência e o abastardamento do sexo, através da pornografia. E isso é algo que naturalmente preocupa todos os sociólogos e todas as pessoas que refletem sobre o nosso futuro comum. Temos, cada vez mais, um mundo que está em situação difícil, mas que é, cada vez mais, um mundo só. Estamos todos no mesmo barco, somos prisioneiros do mesmo destino, que não sabemos bem qual é. Por isso mesmo temos necessidade de nos empenhar numa cultura da solidariedade, da paz e da liberdade.

As televisões têm um efeito, quase insensível, na educação. Desde as idades mais jovens, as crianças começam logo a receber essa influência. E, dado que a família patriarcal acabou e está reduzida aos pais e aos filhos – às vezes, nem isso, porque os pais estão separados – as crianças estão muitas vezes isoladas. Quando vêm da escola, passam horas sozinhas perante as televisões – e isto é um fenómeno que se regista na América, na Europa e no Japão. E o que é que elas recebem? Recebem precisamente uma cultura completamente contrária àquela que deveriam receber para serem cidadãos bem formados e para serem cidadãos conscientes dos seus deveres e dos seus direitos na sociedade.

Como é que se pode resolver um problema desses, sabendo-se que, além dos próprios órgãos de comunicação social, existem poderes económicos poderosíssimos por detrás deles, que os orientam e condicionam? Essa é uma grande questão. A consciência cívica dos próprios jornalistas e dos profissionais da comunicação, o espírito deontológico, os sindicatos e as associações de jornalistas – porventura, uma ordem de jornalistas – podem ter um papel de autorregulação da matéria produzida para a informação e para o produto informativo, de forma a compensarem os interesses económicos. E naturalmente também através de uma intervenção do Estado, que tem que ser feita, obviamente, com pinças, sem a mão pesada e de forma a – falando em linguagem académica – «não meter o pé na poça» em matéria da relação com a imprensa ou com os jornalistas em geral.

Tenho algum conhecimento disso. Não estou isento de pecados nesta matéria – o Mário Mesquita está-se aqui a rir. Não tenho nenhuma dificuldade em reconhecer que, como primeiro-ministro, fiz ou deixei fazer algumas intervenções dessa ordem. Hoje penso que não o devia ter feito. Mas por razões de oportunidade, não de oportunismo, e de conjuntura e circunstância.

Neste momento interessa examinar o que deve ser feito com vista a estabelecer a cultura da paz, da democracia e da solidariedade que preconizo. Os neoliberais consideram que todos estes problemas se resolvem pela tal mão invisível que dirige o mercado: tal como na concorrência em relação a todos os outros produtos, as questões resolvem-se por si. Aqueles que têm uma consciência social mais aguda – socialistas, sociais democratas ou trabalhistas (estas expressões são equivalentes em quase todo o mundo, embora não o sejam em Portugal) – continuam a entender que o Estado deve ter uma intervenção corretora. As relações mercantis geram grandes desigualdades e os poderes públicos devem corrigi-las, tanto quanto possível, embora deixando funcionar o mercado.

Também nesse domínio do produto informativo, o Estado deve intervir para que a informação seja isenta. Mas deve fazê-lo com o máximo dos cuidados, estimulando os mecanismos de autorregulação, que devem ser suscitados pelas associações de classe, pela consciência dos próprios jornalistas e dos profissionais da informação e também pelo esclarecimento da opinião pública. Todas as pessoas têm «bom senso». E já dizia Descartes – e eu sou cartesiano – o bom senso é a coisa mais bem repartida no mundo. Porque já não há ninguém que se considere a ele próprio privado desse bom senso. Por isso, quando se apela para o bom senso e para a consciência das pessoas, elas percebem essa mensagem que estou aqui a tentar fazer passar. Os jornalistas são responsáveis pela informação que difundem. Devem fazê-lo com o máximo de sentido deontológico possível. Para isso existem as regras de deontologia.

Estou convencido de que as pessoas têm bom senso e percebem, quando lhes explicam as coisas. Numa sociedade democrática é possível que, durante algum tempo, as pessoas achem graça a certo tipo de programas de televisão, como aqueles que metem «escovas de dentes», mas, a partir de certa altura, os espectadores começam a perceber que aquilo não tem qualidade. Quando o percebem, deixam de ver, as audiências diminuem e o produto terá de possuir outra qualidade. É neste sentido que me refiro à «autorregulação» do jornalismo.

Era essencialmente isto que vos queria dizer. O meu desejo é falar pouco para vos dar a palavra, a fim de colocarem questões. Perguntas difíceis. Se eu

não souber responder, passo a palavra aqui ao Mário Mesquita, ou a outro professor. Eles é que são os vossos professores, não sou eu. E, portanto, responderão.

Esta profissão que vocês escolheram é uma carreira apaixonante e exigente. Pressupõe o sentido da responsabilidade. Por isso devem preparar-se o melhor possível para virem a ser grandes profissionais. Porque só com grandes profissionais de jornalismo – a par de políticos, juristas, professores e tantos outros – podemos estar seguros de que a democracia funciona bem e existe uma opinião pública alerta, vigilante e responsável.